

JORNAL

VIGILANTE



SEGUNDA - FEIRA - 29 DE DEZEMBRO DE 2025 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



FOI SANCIONADA E PUBLICADA NESTA SEMANA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, COMO RESULTADO DE UMA PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO ALLAN FERREIRA (PODEMOS) QUE ATUALIZA A POLÍTICA DE COOPERATIVISMO NO ES. A ATUALIZAÇÃO DA LEI DECORREU EM FUNÇÃO DE A POLÍTICA ESTADUAL DO COOPERATIVISMO ANTERIOR TER SIDO IMPLEMENTADA POR UMA LEGISLAÇÃO DE 2006 E ESTAVA OBSOLETA EM RELAÇÃO A NOVAS LEGISLAÇÕES FEDERAIS SOBRE O TEMA. A LEI 12.689/2025 DÁ MAIS EFICÁCIA E SEGURANÇA JURÍDICA PARA O SEGMENTO.



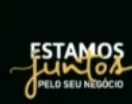
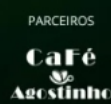
DAS 13 COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO INSTALADAS NO PERÍODO DE 2014 A 2019, NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (ALES), SETE TIVERAM RELATÓRIOS ELABORADOS. AS SEIS RESTANTES FORAM ENCERRADAS PELAS NORMAS DO REGIMENTO INTERNO, POR VENCIMENTO DO PRAZO DE 90 DIAS OU POR MUDANÇA DE LEGISLATURA.



A CDL Barra de São Francisco convida a todos para assistir o Sorteio da Campanha Natal Barra 2025.

Segunda feira - 29/12 - 16 horas.
Na quadra da Escola João Bastos.

Não esqueça de preencher e depositar seus cupons. Boa sorte.



O VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) AGROPECUÁRIA MINEIRA MANTÉM A PERSPECTIVA DE FECHAR 2025 COM O VALOR RECORDE R\$ 168,1 BILHÕES, UM CRESCIMENTO DE 13,8% EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR. ATUALIZADO MENSALMENTE, O INDICADOR É UMA ESTIMATIVA DA GERAÇÃO DE RENDA QUE OS ESTABELECIMENTOS RURAIS OBTIVERAM COM A VENDA DE SEUS PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS. O CÁLCULO É FEITO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, COM DADOS DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB) E DO CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA (CEPEA/USP).



Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!

Atendimento de Segunda a Sábado!

VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 99943-6111

ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA, ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES

GOVERNO DE MINAS PARTICIPA DA SOLENIDADE DE PASSAGEM DE COMANDO DA 4ª REGIÃO DA POLÍCIA MILITAR, EM JUIZ DE FORA

O vice-governador Mateus Simões acompanhou, nesta terça-feira (23/12), a solenidade de Transmissão e Assunção do Comando da 4ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais (4ª RPM), com sede em Juiz de Fora, na Zona da Mata. O coronel Lúcio Ferreira da Silva Neto assumiu o comando da 4ª RPM no lugar do coronel Rodrigo Saldanha, que se transferiu para a reserva. "A sua chegada, coronel Lúcio, ao alto comando vem para somar e agregar, para que a polícia dessa região continue sendo exemplo de bravura e lealdade, porque nós dependemos dos senhores para que Minas Gerais continue sendo o orgulho de cada mineiro", disse o vice-governador Mateus Simões. Natural de Montes Claros, o coronel Silva Neto, de 46 anos, tem bacharelado em Ciências Militares pela Academia de Polícia Militar, além de múltiplas especializações em áreas como Inteligência e Contrainteligência, Segurança Pública e Gestão Estratégica de Segurança Pública. Em sua trajetória profissional, o oficial atuou



Comandante da 4ª Região de Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel PM Lúcio Ferreira da Silva Neto. Responsabilidade territorial A 4ª Região de Polícia Militar é responsável por 86 municípios e possui sete unidades: o 2º Batalhão, o 27º BPM, a 4ª Cia PM Independente de Policiamento Especializado, localizados em Juiz de Fora; o 21º BPM, em Ubá; o 47º BPM, em Muriaé; o 68º BPM, em Leopoldina, e a 10ª Cia PM Independente, em Viçosa. Além das ações rotineiras realizadas pela 4ª RPM na região para proteção da população, o combate às organizações criminosas foi intensificado em todas as unidades operacionais com a deflagração de 14 operações estruturadas de inteligência, em parceria com o Ministério Público Estadual. Tais medidas resultaram em mais de 180 prisões, centenas de mandados cumpridos, grande volume de drogas retiradas de circulação, apreensão de armas, munições, veículos, celulares e dinheiro em diversos municípios da Zona da Mata.

no 18º Batalhão de Polícia Militar e no Batalhão GER, em Contagem; no Batalhão de Polícia de Choque (BPCHq) e no Estado-Maior da instituição. Já no posto de tenente-coronel, comandou o 66º Batalhão de Polícia Militar, em Betim; a Escola de Formação de oficiais (EFO), em Belo Horizonte, e o Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas (Rotam), também na capital. “Comandar é uma tarefa árdua, mas, certamente, muito prazerosa, pois nos dá a oportunidade de fazer aquilo que acreditamos ser justo. E, acima de tudo, nos oportuniza a fazer o bem a pessoas que sequer conhecemos. Nesse sentido, gostaria de me apresentar à sociedade da Zona da Mata e me colocar à disposição para exercer minha função com excelência e colaborar para a segurança dos mineiros”, disse o

FÉRIAS E CALOR AUMENTAM CONSUMO DE ENERGIA E CEMIG ORIENTA COMO ECONOMIZAR

O período das férias escolares combinado às altas temperaturas do verão, costuma aumentar o consumo de energia nas residências mineiras. Com mais pessoas em casa, especialmente a criançada, eletrodomésticos são usados por mais tempo, como chuveiros, geladeiras e equipamentos de refrigeração, além dos eletrônicos que são muito utilizados para o lazer. Para evitar impactos na conta com vencimento em fevereiro, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) reforça orientações simples que geram economia na conta. “O consumo de energia depende essencialmente da potência dos aparelhos e do tempo em que eles ficam ligados. Por isso, é importante redobrar a atenção com o uso de equipamentos de maior potência nesta época do ano, como fritadeiras elétricas (air fryer), chuveiro e ar-condicionado”, explica Welhiton Adriano, engenheiro de Eficiência Energética da Cemig. Para quem for viajar, o ideal é desligar os aparelhos da tomada, mantendo apenas os essenciais para segurança ou conservação de alimentos. Essa ação evita o consumo em stand-by, que pode ser representativo no caso de equipamentos mais antigos. Já nas residências com maior número de pessoas, o tempo de banho costuma

aumentar e isso pode refletir diretamente na fatura. “Colocar o chuveiro na posição 'verão' ou 'morno' pode reduzir a potência em até 30%. Aliado à redução do tempo de banho, isso gera economia significativa ao final do mês”, destaca Welhiton. Atenção especial à geladeira A geladeira é um dos equipamentos que mais consome energia em uma casa, permanecendo ligada 24 horas por dia. É importante orientar as crianças sobre a importância de evitar abrir a porta do eletrodoméstico muitas vezes, especialmente nos dias mais quentes. Também é recomendado não guardar alimentos ainda quentes e manter o equipamento em bom estado de conservação. “Quando a porta é aberta com frequência, o motor trabalhará por mais tempo para restabelecer a temperatura interna, aumentando o consumo do equipamento”, explica o engenheiro. Em geladeiras mais antigas, esse consumo será ainda maior. Uso consciente do ar-condicionado

Com as fortes ondas de calor, ventiladores, climatizadores e ares-condicionados são mais acionados. Dentre estes, o ar-condicionado é o que possui maior potência e deve ser utilizado de forma planejada. Para quem pretende comprar um novo aparelho, a recomendação da Cemig é optar por modelos com Selo Procel ou etiqueta Inmetro categoria A, que garantem maior eficiência energética. “Ao ligar o ar-condicionado, é necessário manter portas e janelas fechadas durante o uso, utilizar cortinas e persianas para reduzir a entrada de luz solar, ajustar a temperatura para 23 °C ou 24 °C, considerada a faixa de conforto térmico, e priorizar a ventilação natural antes de ligar o ar-condicionado”, acrescenta Welhiton Adriano.



GOVERNO DE MINAS PUBLICA LEI QUE CRIA AUTARQUIA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS (DETRAN-MG)

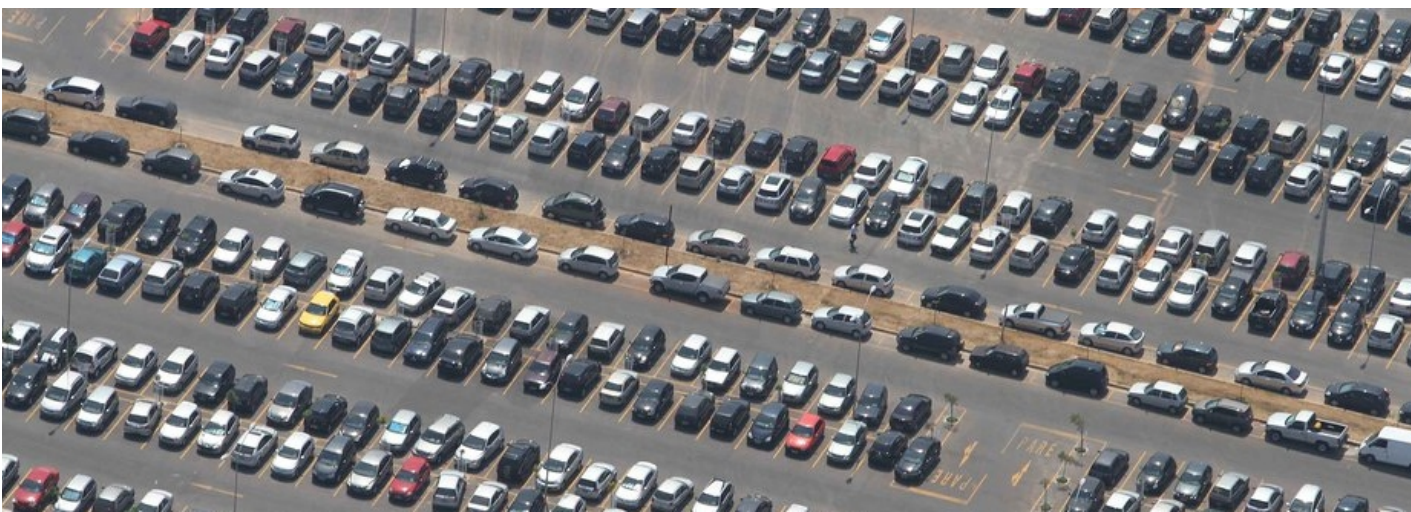
O Governo de Minas publicou, nesta terça-feira (23/12), no Diário Oficial, a Lei nº 25.663, de 22/12/2025, que cria a autarquia do Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG).

Sancionada pelo governador Romeu Zema, a mudança consolida a modernização do órgão estadual de trânsito, fortalecendo o propósito de garantir políticas públicas e serviços eficientes e qualificados para a população mineira.

O Projeto de Lei propondo a alteração foi enviado para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) pelo governo em julho deste ano. Com a nova configuração, é extinta a Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET-MG), até então com status de subsecretaria da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG), e criada a autarquia Detran-MG, também vinculada à secretaria.

A proposta aprovada busca manter e reforçar as ações destinadas a assegurar mais agilidade e eficiência para o atendimento à população, sem gerar aumento de despesas com pessoal. A transição será feita a partir do remanejamento de cargos, estruturas existentes e bens patrimoniais.

A lei assegura que não haverá interrupção dos serviços durante o processo de transição, que poderá durar



até 180 dias. Durante esse período, a Seplag-MG e a Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) atuarão de forma conjunta para assegurar a manutenção dos serviços de trânsito em todo o estado. Os servidores atualmente vinculados à CET-MG serão transferidos para o Detran-MG sem prejuízo de remuneração ou direitos.

O órgão executivo de trânsito, integrante do Sistema Nacional de Trânsito, passa a ter autonomia administrativa, financeira, técnica e patrimonial, além de poder de polícia.

A CET-MG irá transferir ao Detran-MG todos os contratos, convênios, sistemas, bancos de dados e recursos tecnológicos anteriormente utilizados, garantindo sucessão legal e continuidade das atividades.

Competências

As principais competências do novo Detran-MG são o cumprimento da legislação de trânsito, a formação e habilitação de condutores, o registro e licenciamento de veículos, a fiscalização e aplicação de penalidades, além da promoção de ações de educação e

segurança para o trânsito.

O órgão também será responsável pela aplicação de penalidades, arrecadação de multas, coleta de dados estatísticos sobre sinistros de trânsito e implementação das diretrizes da Política

Nacional de Trânsito.

Para garantir a execução de suas atividades, o Detran-MG poderá firmar convênios e parcerias com órgãos e entidades públicas ou privadas, respeitando a legislação vigente.

Em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG), caberá ao Detran-MG estabelecer as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito, além de promover ações educativas e programas voltados à segurança viária.

Estrutura

A estrutura organizacional do Detran-MG será composta por direção superior, exercida pelo diretor-geral, além de unidades administrativas como gabinete, procuradoria, controladorias, assessorias, diretorias e gerências.

Também passam a integrar sua estrutura, por subordinação administrativa, o Conselho Estadual de Trânsito (Cetran-MG) e as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (Jaris), responsáveis pelo julgamento de recursos de multas.

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA MINEIRA TEM ESTIMATIVA RECORDE DE R\$ 168,1 BILHÕES NESTE ANO

O Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária mineira mantém a perspectiva de fechar 2025 com o valor recorde R\$ 168,1 bilhões, um crescimento de 13,8% em relação ao ano anterior. Atualizado mensalmente, o indicador é uma estimativa da geração de renda que os estabelecimentos rurais obtiveram com a venda de seus produtos agrícolas e pecuários. O cálculo é feito pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/USP).

Lavouras

Tradicionalmente, o bom desempenho do setor agropecuário é puxado pelo segmento das lavouras, que deve alcançar R\$ 112,8 bilhões, com aumento previsto de 16,6% no ano. Sozinho, esse setor representa 67% do faturamento do segmento agropecuário mineiro. “O café se mantém como o destaque entre as culturas que contribuem para essa alta no rendimento, com alta de 48% e o VBP

estimado em R\$ 59 bilhões”, detalha a assessora técnica da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), Amanda Bianchi.

O VBP da soja, que ocupa o segundo lugar no segmento agrícola, deve alcançar R\$ 18,7 bilhões, com crescimento de 11% em relação ao ano passado. O milho foi outro produto do segmento das lavouras que registrou alta de 18%, alcançando R\$ 7,7 bilhões.

Já o VBP da cana-de-açúcar tem estimativa de fechar o ano com queda de 8%, assim como a banana (-19%), batata-inglesa (-56%), feijão (-29%), laranja (-9%), mandioca (-27%) e arroz (-30%).

Pecuária

O VBP do segmento pecuário deve alcançar R\$ 55,2 bilhões, com previsão de aumento de 8,4%.

Todos os produtos do segmento devem apresentar crescimento em 2025, com a liderança ocupada pelo leite, que tem faturamento estimado em R\$ 18,3 bilhões e alta de 3%.

Em segundo lugar, vem a carne bovina, que deve alcançar R\$ 18 bilhões (+13%). O VBP do frango deve registrar R\$ 8,3 bilhões (+5%). Já o VBP da carne suína está estimado em R\$ 7,8 bilhões, com alta de 12%, e os ovos devem alcançar R\$ 2,8 bilhões, com estimativa de aumento de 19%.



SAÚDE ABRE PROCESSO SELETIVO PARA MÉDICOS REGULADORES EM MINAS GERAIS

A Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG) publicou edital de processo seletivo interno para a seleção de médicos que irão atuar como Autoridade Sanitária da área de Regulação do Acesso, nas Centrais de Regulação do estado. A iniciativa tem como objetivo fortalecer as equipes responsáveis pela organização do fluxo de pacientes e pela gestão do acesso aos serviços de saúde no Sistema Único de Saúde (SUS).

O edital foi publicado no Diário Oficial de Minas Gerais e prevê, inicialmente, três vagas para provimento imediato, além da formação de cadastro de reserva. Podem participar servidores públicos efetivos, lotados em órgão ou entidade municipal, estadual ou federal, com graduação em Medicina e registro ativo no CRM/MG.

As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas até o dia 6/1, conforme as orientações disponíveis no edital e no sistema de Processos Seletivos da SES-MG.

De acordo com o subsecretário de Acesso a Serviços de Saúde da SES-MG, Renan Guimarães de Oliveira, o processo seletivo é



estratégico para o fortalecimento da regulação no estado.

“O médico regulador exerce um papel fundamental na organização da rede assistencial. A seleção de profissionais qualificados contribui para decisões mais seguras, para o uso adequado dos recursos disponíveis e para o acesso oportuno dos pacientes aos serviços de saúde”, afirma.

Inscrições e etapas

A jornada de trabalho da função gratificada é de 24 horas semanais, com atuação na Central de Operações para Regulação Estadual (Core), que ficará sediada em Belo Horizonte.

A remuneração será composta pelo vencimento do cargo do órgão de origem, acrescido de valores previstos em edital, que podem chegar a até R\$ 7.299,78, conforme a

modalidade e o tipo de ônus da cessão, observadas as hipóteses legais de acumulação de cargos públicos. Também está prevista ajuda de custo, conforme as regras estabelecidas.

O processo seletivo será realizado em duas etapas. A primeira consiste na análise curricular, com fase de habilitação mínima, de caráter eliminatório, e

avaliação de títulos e experiência profissional, de caráter classificatório. A segunda etapa será uma entrevista on-line, com caráter classificatório e eliminatório.

Atuação

Os profissionais selecionados irão atuar como Autoridade Sanitária da área de Regulação do Acesso, contribuindo diretamente para a organização do fluxo assistencial, a alocação de leitos e a articulação entre os diferentes níveis de atenção à saúde.

A iniciativa integra as ações preparatórias para a implantação da Central de Operações para Regulação Estadual (Core) e da plataforma Regulação 4.0, voltadas à modernização dos processos de regulação em Minas Gerais.

MINAS CONSOLIDA TRANSFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRÂNSITO EM 2025, COM 93% DE DIGITALIZAÇÃO E 150 MIL TRANSFERÊNCIAS ON-LINE

O Governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG), ampliou a transformação digital dos serviços de trânsito em 2025.

O índice de digitalização das etapas dos serviços de habilitação, veículos e infrações saltou de 45%, em 2023, para 93% neste ano, permitindo que processos antes burocráticos se tornassem rápidos e acessíveis.

Essa mudança impactou diretamente a vida do cidadão, que passou a resolver demandas de forma mais simples, sem deslocamentos e com mais segurança devido às melhorias proporcionadas pela modernização. Isso resultou em um aumento de 28% para 50% do volume de serviços da Coordenadoria Estadual de Gestão de Trânsito (CET-MG) realizados pelos canais digitais.

"O avanço da digitalização representa um marco para o trânsito em Minas Gerais. Hoje, o cidadão tem à disposição serviços mais ágeis, modernos e acessíveis, com processos totalmente integrados e seguros. A transformação digital nos permitiu deixar para trás modelos burocráticos e aproximar ainda mais o Estado das pessoas. Construímos um órgão de trânsito que conversa com o futuro, de forma mais simples e mais eficiente", afirma o chefe de Trânsito de Minas Gerais, Lucas Vilas Boas.

Entre os destaques está a adoção de agendamento on-line, integração com a plataforma gov.br e migração completa dos principais procedimentos para o ambiente digital. Somente neste ano, 45 etapas de serviços foram digitalizadas, e mais dez serão concluídas até 31/12.

Mais digital, ágil e eficiente

Na área de veículos, a transferência digital de propriedade, que está presente em 100% dos

municípios e disponível também para quem tem o documento físico, já soma mais de 150 mil processos concluídos, reduzindo etapas presenciais e garantindo maior rastreabilidade.

A expansão das ofertas dos serviços de trânsito para as Unidades de Atendimento Integrado (UAIs) também ampliou o acesso da população.

Ao todo, quase 500 leilões eletrônicos foram realizados, com 49,8 mil veículos leiloados. Esses leilões ampliaram a arrecadação de R\$ 154 milhões em 2024 para mais de R\$179 milhões em 2025. Além disso, mais de 5 mil pessoas jurídicas entre Empresas Credenciadas de Vistoria (ECV), estampilhas de placas, pátios, entre outras, são credenciadas para prestar serviços.

Já em relação aos serviços de habilitação, foram feitos mais de 1,4 milhão de exames de aptidão física e mental. Com a ampliação da prova teórica eletrônica, foram mais de 475 mil exames de legislação. Os exames práticos chegaram a 779 mil.

Atualmente, mais de 3 mil empresas prestam serviços relacionados a habilitação, entre Centro de Formação de Condutores (CFC), motopistas e clínicas médicas e psicológicas.

Na área de infrações, a triagem e a automação digital diminuíram de 30 para apenas dois dias o tempo de tramitação de processos. Mais de 35 mil defesas e recursos foram recebidos por meio do site de Trânsito em 2025. O processo da autuação de trânsito foi

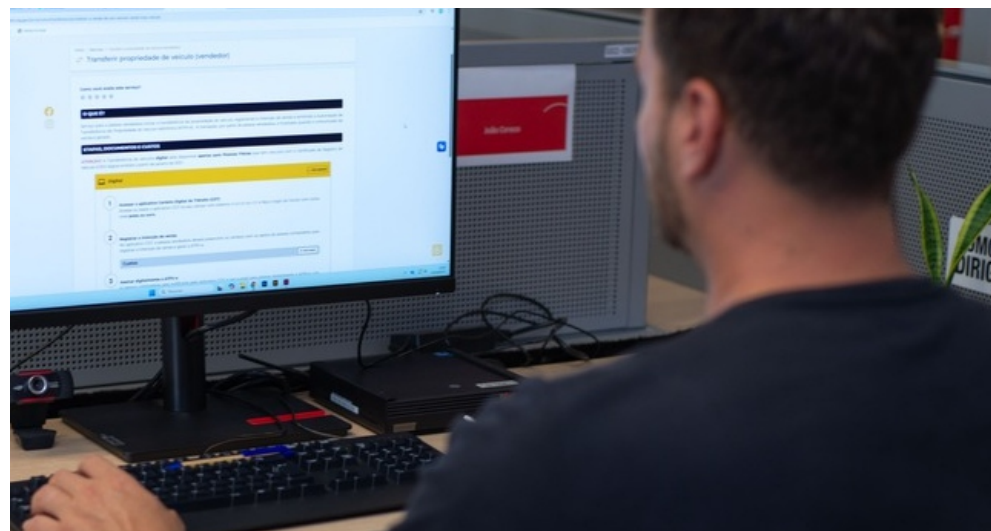
modernizado em 650 municípios, por meio do sistema Autua, eliminando o uso do papel.

Ainda para este ano, estão previstas as digitalizações da baixa de impedimento administrativo de veículo, solicitação de segunda via do Certificado de Registro de Veículo (CRV), alterações de dados e características em veículos, entre outros.

Educação para o trânsito

Ao longo de 2025, também foram intensificadas as ações educativas voltadas à redução de acidentes e à promoção de comportamentos mais seguros nas vias. Foram 85 atividades, que envolveram mais de 30 mil pessoas em campanhas temáticas. As campanhas digitais ampliaram o alcance das mensagens de prevenção.

Nesta terça-feira (23/12) foi publicada a lei que cria o Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais (Detran-MG), com status de autarquia vinculada à Seplag-MG, com objetivo de dar continuidade às ações voltadas para a modernização e contínua eficiência aos serviços de trânsito oferecidos pelo Governo de Minas.



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO DE 2014 A 2019

Das 13 comissões parlamentares de inquérito instaladas no período de 2014 a 2019, na Assembleia Legislativa (Ales), sete tiveram relatórios elaborados. As seis restantes foram encerradas pelas normas do Regimento Interno, por vencimento do prazo de 90 dias ou por mudança de legislatura.



Confira, na lista abaixo, todas as comissões de inquérito do período, com respectivos objetivos. Para ver os relatórios finais, consulte a página da CPIs no portal da Ales.

1. CPI do Pó Preto (criada pela Resolução 3.931/2015)

Investigar as denúncias de poluição atmosférica, suas causas e efeitos, com ênfase para os danos causados à saúde da população e ao patrimônio público e privado do Espírito Santo, tendo como alvo as partículas emanadas de indústrias, veículos e outras fontes, conhecidaa como pó preto. Com relatório final.

2. CPI do Sistema Transcol (Resolução 3.933/2015)

Apurar denúncias de irregularidades na licitação do Sistema Transcol, na Câmara de C o m p e n s a ç ã o e n o direcionamento/beneficiamento das empresas vencedoras, conforme notícias divulgadas pela imprensa pronunciamentos feitos na Assembleia Legislativa. Com relatório final.

3. CPI da Sonegação de Tributos (Resolução 3.937/2015)

Apurar suposta irregularidade no pagamento e sonegação de tributos e valores gerados nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural no Estado do Espírito Santo, bem como, possível omissão e ou abuso de autoridade de Agentes Políticos e Públicos. Com relatório final.

4. CPI da Máfia dos Guinchos (Resolução 3.941/2015)

Apurar denúncias relacionadas à Máfia dos Guinchos e Pátio/Estacionamento/Depósito de veículos apreendidos e possível conluio entre autoridades, prestadores de serviços e lesão ao cidadão; investigar participação de servidor público e empresas terceirizadas; apurar denúncias de permissões concedidas pelas administrações municipais para a execução de serviço de transporte de passageiro em veículo de aluguel a taxímetro. Espírito Santo. Com relatório final.

5. CPI dos Empenhos na Saúde (Resolução 3.943/2015)

Apurar responsabilidades face às denúncias relacionadas às matérias que vêm reiteradamente sendo divulgadas pela Imprensa deste Estado, bem como Ofício nº 035/2014 da FEHOFES e Decreto 3745-R, de 23.12.2014, anexos, que noticiam a realização de despesas por parte do Governo do Estado sem a existência de empenho, na Secretaria de Estado da Saúde. Com relatório final.

6. CPI dos Maus-Tratos contra os Animais (Resolução 4.298/2016)

Apurar as recorrentes denúncias de maus-tratos contra animais, inclusive com relatos recentes de envenenamento de cães no bairro Jardim Camburi em Vitória e de gatos agredidos no município de Vila Velha, fatos estes amplamente veiculados na imprensa local, ante o grande interesse da população que assiste estarecida à atos de violência contra animais indefesos. Com relatório final.

7. CPI da Grilagem (Resolução 4.588/2016)

Apurar as denúncias de invasão de terrenos, fraudes, crimes contra administração pública, crime de estelionato, venda de terreno sem registro em cartório, existência de irregularidades na comercialização de terrenos, imóveis e áreas públicas nos Municípios Capixabas. Sem relatório final.

8. CPI do Fundap (Resolução 4.607/2017)

Apurar as denúncias de irregularidades concernentes à extinção do FUNDAP, suas consequências sociais e os reflexos sobre a economia capixaba, tudo com base em fatos amplamente divulgados pela imprensa local. Sem relatório final.

9. CPI dos Maus-Tratos contra os Animais (Resolução 5.909/2019)

Apurar as recorrentes denúncias de maus-tratos contra os animais no Espírito Santo, inclusive com relatos recentes de cães mantidos amarrados, abandonados sem comida e sem proteção no bairro Jardim Camburi e casos de gatos envenenados no bairro São Pedro, em Vitória, fatos amplamente divulgados na imprensa local, ante o grande interesse da população que busca pelo término desses atos de crueldade contra animais indefesos. Sem relatório final.

10. CPI das Obras Públicas e Privadas (Resolução 5.916/2019)

Apurar a situação das Obras Públicas e Privadas, acompanhar as Políticas de Desenvolvimento da Infraestrutura e Logística do Estado do Espírito Santo, bem como o tráfego de veículos com documentações irregulares/adulteradas em vias públicas. Sem relatório final.

11. CPI das Licenças (Resolução 5.917/2019)

Apurar e investigar denúncias a respeito da legalidade dos TCA 035/2018 – VALE S.A e TCA 036/2018 – ArcelorMittal e da Licença de Operação 123/2018 – VALE S.A, e se atendem ao interesse público e aos princípios de proteção ao meio ambiente, bem como investigar a forma como o Instituto Estadual

de Meio Ambiente (IEMA) libera projetos a serem executados e também investigar irregularidades na emissão dos chamados Documentos de Origem Florestal (DOF) e a possível inexistência de regular fiscalização do órgão responsável por isso, o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal (Idaf). Com relatório final.

12. CPI da Sonegação (Resolução 5.918/2019)

Apurar as denúncias de irregularidades nos contratos de remoção (guincho) e de guarda/depósito de veículos, firmados pelo Estado do Espírito Santo, por meio do Detran/ES. Sem relatório final.

13. CPI dos Crimes Cibernéticos (Resolução 5.923/2019)

Para apuração das denúncias de crimes cibernéticos. Sem relatório final.

Série histórica sobre os 190 anos da Ales

1835-1889: Assembleia do ES nasce sob o comando da elite

1890-1896: Legislativo ganha força com a República

1906-1945: Golpes de Vargas paralisam Legislativo

1947-1953: Assembleia retoma ação política após golpes

1953-1964: Questão agrária pauta Ales na década de 50

1964-1985: Maioria da Assembleia Legislativa apoiou o golpe de 1964

1985-1989: Sociedade elaborou Constituição de 89

1890-1989: Constituições do ES no período republicano

1990-2002: ES viveu crise severa nos anos 1990

1990-2002: Cenário conturbado refletiu na criação de CPIs

2003: Ales inicia reconstrução pós-crise da década de 1990

2003-2013: Anos 2000: ES inicia novo ciclo com recuperação econômica

2003-2013: Luta pelo fim do pedágio em vias estaduais atravessou décadas

2003-2013: Conjunto de ações ajudou a melhorar imagem do Legislativo

2003-2013: Eleições para Mesa registraram várias mudanças nas regras

Para a elaboração desta série de matérias sobre os 190 anos da Assembleia Legislativa do ES foram realizadas entrevistas com especialistas e pesquisas jornalísticas no Arquivo Geral, Biblioteca João Calmon e Cedoc da TV, todos da Ales, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Instituto Jones dos Santos Neves, Biblioteca Pública Estadual, Biblioteca Nacional Digital, Arquivo Nacional, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV RIO), além de consultas a artigos científicos, dissertações, teses e livros publicados.

PUBLICADA LEI QUE ATUALIZA POLÍTICA DE COOPERATIVISMO NO ES

Foi sancionada e publicada nesta semana no Diário Oficial do Estado, como resultado de uma proposição do deputado Allan Ferreira (Podemos) que atualiza a política de cooperativismo no ES. A atualização da lei decorreu em função de a Política Estadual do Cooperativismo anterior ter sido implementada por uma legislação de 2006 e estava obsoleta em relação a novas legislações federais sobre o tema. A Lei 12.689/2025 dá mais eficácia e segurança jurídica para o segmento.

Dentre as principais mudanças está a criação de instrumentos e mecanismos para estimular o crescimento das atividades cooperativistas. Tal objetivo passa a ser atrelado ao Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Espírito Santo (OCB/ES), textualmente definido como órgão técnico consultivo de governo.

Já o objetivo da prestação de assistência educativa e técnica às cooperativas sediadas no Estado também deverá ter como base um planejamento elaborado sob a assessoria do sistema OCB/ES.

A nova legislação também prevê mecanismos de comunicação e conhecimento para a propagação da cultura e da doutrina cooperativista,

APA DE CONCEIÇÃO DA BARRA PROMOVE CAMPANHA SOBRE OS PERIGOS DA CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS NA AREIA E NA RESTINGA

A Área de Proteção Ambiental de Conceição da Barra (APACB) está participando da campanha “Rastros de uma vida”, que tem o objetivo de sensibilizar a população e proteger os ecossistemas costeiros. A iniciativa foca na sensibilização sobre a proibição do trânsito e do estacionamento de veículos, incluindo carros, motos e quadriciclos, em faixas de areia e áreas de restinga.

A primeira ação da campanha, promovida pela APA, foi realizada em formato de blitz educativa, contando com abordagens diretas aos condutores, adesivagem de veículos e um diálogo próximo com moradores e visitantes. A atividade ocorreu de forma integrada, reunindo o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema), o Centro Tamar Guriri, e a Polícia Militar Ambiental.



além de contribuir, em consonância com o Sistema OCB/ES, para uma ambiência íntegra e sem sociedades cooperativas irregulares.

As alterações ainda atrelam a regularidade junto à OCB/ES ao direito das cooperativas oferecerem crédito consignado a servidores, participarem de licitações, receberem recursos de emendas parlamentares ou ainda celebrarem convênios com o Estado.

Mais leis

De autoria do deputado Mazinho dos Anjos (PSDB), foram sancionadas e publicadas as leis 12.665, que institui o Dia Estadual da Pipa, a ser comemorado em 20 de julho, e 12.676, que institui 13 de agosto como o Dia do Patrono da Escola no âmbito do estado do Espírito Santo.

Duas leis de autoria do deputado Coronel Weliton (PRD) foram sancionadas e publicadas: a 12.681, que institui 30 de agosto como o Dia

Estadual do Conselheiro Comunitário de Segurança, e a 12.668, que estabelece 18 de novembro como Dia Estadual do Conselheiro Tutelar.

A deputada Janete de Sá (PSB) é autora da Lei 12.671, que institui 26 de julho como o Dia Estadual do Tosador, Banhista e Esteticista de Animal Doméstico.

É do deputado José Esmeraldo (PDT) a Lei 12.672 estabelecendo 8 de agosto como o Dia da Convenção das Igrejas Independentes e Ministros das Assembleias de Deus no Estado do Espírito Santo e Outros (Cimadeso).

Já a Lei 12.673, de Sérgio Meneguelli (Republicanos), institui a Semana Estadual de Enfrentamento ao Etarismo, a ser realizada, anualmente, na semana em que recair o dia 1º do mês de outubro, data em que se celebra o Dia Internacional da Pessoa Idosa (a semana que compreender o 1º de outubro).

Do deputado Zé Preto (PP) é a Lei 12.675, instituindo a Semana de Conscientização e de Combate ao Relacionamento Abusivo no âmbito do estado do Espírito Santo (semana que antecede 7 de agosto).

Com um cronograma de ações educativas planejado para se estender até o período do Carnaval, a campanha busca mitigar os severos impactos ambientais causados pela circulação irregular, como a compactação do solo, a degradação da vegetação nativa e os riscos à segurança dos banhistas.

“Um dos pontos centrais da mobilização é a proteção da fauna silvestre, especialmente durante o atual período de desova das tartarugas marinhas, que ocorre entre os meses de setembro e março. O tráfego de veículos na areia representa uma ameaça direta à sobrevivência desses animais,

podendo resultar no esmagamento de ninhos, no atropelamento de filhotes e na alteração das características naturais das áreas utilizadas para a reprodução das espécies”, explicou a servidora do lema que atua na APA de Conceição da Barra, Fernanda Martins.

Informação à Imprensa:
Assessoria de Comunicação do lema



RETROSPECTIVA TRAZ PRINCIPAIS AÇÕES DA ALES EM 2025

O ano de 2025 foi marcado por muitas ações institucionais da Assembleia Legislativa (Ales) que buscaram aproximar o trabalho parlamentar dos capixabas, além de celebrar os 190 anos da Casa de Leis. O programa “Retrospectiva 2025”

vai relembrar as principais atividades e conquistas da Ales durante o ano. A edição especial já está disponível no canal institucional no YouTube e vai estreiar na TV Ales no próximo sábado (20), às 8h30, com reprise às 14h30 e 22 horas. O programa permanece na programação durante os meses de dezembro e janeiro.

Além de mostrar as principais leis aprovadas em plenário durante o ano, o programa traz em destaque o projeto “Arranjos Produtivos”, que conseguiu ampliar suas ações voltadas para o pequeno produtor, com formação técnica, insumos e equipamentos. Em 2025, o projeto completou dois anos de atividade, com mais de um milhão de mudas entregues a mais de 20 mil agricultores do Estado. O foco este ano foi a diversificação de culturas e a sustentabilidade do processo produtivo. A ação é da Secretaria da Casa dos Municípios.

O projeto culminou também na 2ª edição da Feira da Agroindústria Capixaba, que celebrou a produção rural do Espírito Santo e mostrou os resultados do “Arranjos Produtivos”. A feira se consolidou como uma oportunidade de divulgação dos produtos capixabas, além de troca de experiência entre empreendedores e muito conhecimento por meio de cursos e palestras. Outro destaque de 2025 foi a participação da Ales na Feira dos Municípios. O evento celebrou as potencialidades das 78 cidades capixabas.



Ano de comemoração: 190 anos da Ales

Várias atividades ao longo do ano celebraram os 190 anos da Ales. Entre elas, a Corrida da Cidadania reuniu mais de duas mil pessoas. A inscrição para o evento foi gratuita e a retirada dos kits da corrida contou com uma ação solidária de doação de itens para instituições de assistência aos idosos. Além dos corredores da sociedade civil, o evento reuniu autoridades de vários poderes, celebrando também a união e harmonia entre eles.

Outra novidade foi o lançamento do catálogo digital do acervo de documentos históricos da Assembleia Legislativa. Essa primeira etapa incluiu documentos de 1829 a 1930. O projeto facilita o acesso das pessoas ao material e protege a documentação histórica. O material de referência foi produzido por professores da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) que compõem o Comitê Técnico dos 190 Anos da Ales.

A comemoração pelos 190 anos da Ales também contou com uma série de palestras realizadas em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo e o Instituto Histórico e Geográfico do Estado, além de uma série de reportagens especiais que contam momentos importantes da história política do Espírito Santo e sua articulação com o parlamento.

Concurso Público da Ales

Muito aguardado por quem tem

interesse em um cargo público efetivo, o edital do concurso público da Ales foi publicado no mês de setembro, dando início ao processo seletivo para 35 vagas distribuídas entre os cargos de Agente de Polícia Legislativa, Analista Legislativo e Consultor Legislativo, contemplando diferentes áreas de formação.

O processo está sendo organizado pelo Instituto Brasileiro de Gestão e Pesquisa (IBGP). Mais de 14 mil candidatos, de todos os estados brasileiros, se inscreveram para as provas. No dia 14 de dezembro foi aplicada a prova para os cargos de nível superior (Analista Legislativo e Consultor Legislativo), e no dia 21 de dezembro será a vez dos candidatos a Agente de Polícia Legislativa testarem os seus conhecimentos. As outras etapas do concurso terão continuidade em 2026.

Sustentabilidade

Articulada com uma agenda que é internacional, a Ales investiu em projetos relacionados à sustentabilidade em 2025. O parlamento lançou o Plano de Sustentabilidade Institucional (PSI), que busca redução de consumo e economia para os cofres públicos. A meta é ousada: reduzir em 30% o consumo de água, usar critérios ambientais em todas as licitações, implantar sistema para reaproveitar as águas das chuvas e criar um portal de transparência ambiental. O Projeto “Ales Sustentável”, que faz parte do PSI, ficou entre os finalistas Prêmio Assembleia Cidadã 2025, da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale).

Onde assistir

Está disponível no YouTube para assistir a qualquer hora,

LEI ESTABELECE AVAL DE ESTADO E MUNICÍPIOS PARA REVISÃO DE LIMITES



Os limites entre municípios capixabas são regidos pela Lei Estadual 10.600/2016, que fixa a divisão administrativa do Espírito Santo e prevê a sua atualização a cada cinco anos, quando necessário. Uma proposta dos deputados Marcelo Santos (União) e Gandini (PSD), sancionada na Lei 12.686 e publicada na última terça-feira (16) traz novidade ao estabelecer prévia anuência formal dos municípios limítrofes e do Poder Executivo Estadual para possível correção de limites.

Conforme defendido pelos autores durante toda a tramitação do Projeto de Lei (PL) 204/2025, a medida se faz necessária para garantir a segurança jurídica para os municípios e para o Estado e, além disso, determina que, conforme o caso, será indispensável ainda a manifestação da Assembleia Legislativa, do Ministério Público Estadual, do Tribunal de Contas,

da Ales, Marcelo Santos. A Lei 12.680, atualiza o reconhecimento da Rota São Floriano de Cavernas, Plantas Medicinais e Agricultura Familiar, em Domingos Martins, como Rota Turística no Espírito Santo, no KM 80 da BR 262, no distrito de Aracê.

A alteração é originária do PL 326/2025, aprovada em plenário no dia 24 de novembro. Durante a discussão do projeto, Marcelo Santos explicou a importância da mudança para os locais. Não existia uma rota naquela região, quando parte da comunidade se organizou, procurou o deputado e pediu para

do Poder Judiciário e do Tribunal Regional Eleitoral.

Mais leis

A semana também teve a sanção de outras três leis de autoria do presidente

constituir a Rota das Cavernas e das Plantas Medicinais. Depois, outra parte da comunidade alegou a importância da referência a São Floriano no nome.

“Estamos mudando e colocando Rota São Floriano, que é o que de fato é a comunidade, não deixando de lado também o que está sendo investido lá, pois é muito importante, em caverna e plantas medicinais”, afirmou na ocasião.

Já a Lei 12.685, reconhece a Ilha das Caieiras, em Vitória, como de relevante interesse cultural no âmbito do estado do Espírito Santo. Por fim, a Lei 12.667 inclui o Dia da Emancipação Política do município de Guarapari, a ser celebrado, anualmente, no dia 19 do mês de setembro, no Calendário Oficial do Estado do Espírito Santo.



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO EM 29/12/2025

AVISO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0001/2025

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES/TCE-ES: 2025.021E0700001.18.0003

O Município de Conceição do Castelo, ES, **TORNA PÚBLICO** a quem possa interessar que realizará **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025**, objetivando o credenciamento para **LOCAÇÃO DE IMÓVEIS DESTINADOS AO FUNCIONAMENTO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CONCEIÇÃO DO CASTELO, ES.**

Recebimento das propostas: a partir do dia 29/12/2025 às 07:00h;

Encerramento do recebimento das propostas: dia 14/01/2026 às 07:30h

Data e local da abertura das propostas: dia 14/01/2026 às 07:30h;

As propostas deverão ser protocoladas no protocolo físico da Prefeitura de Conceição do Castelo, conforme formulário modelo do Anexo III, apresentando os dados e documentos previstos no edital e seus anexos.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo e-mail administracao@conceicaodocastelo.es.gov.br.

Conceição do Castelo, ES, 29 de dezembro de 2025.

VALBER DE VARGAS FERREIRA
Prefeito Municipal



Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL
Tel.: (27) 99991-9614

Sérgio Machado
DIRETOR DE OPERAÇÕES
Sérgio Machado
DIRETOR DE REDAÇÃO
João Paulo Vieira
DIRETOR GERAL
Sérgio Machado
DIAGRAMAÇÃO
João Paulo Vieira
Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante
CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br
CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35